



Plano Anual de Capacitação

- Exercício 2021 -

Florianópolis, 15 de dezembro de 2021.



1. APRESENTAÇÃO

A Escola Judiciária de Santa Catarina, fundamentada pelas Resoluções TRESC n. 7.927/2015 (Reestruturação da EJESC) e n. 7.928/2015 (Regimento Interno), reúne as seguintes finalidades:

(I) a formação, a atualização e a especialização continuada ou eventual em áreas de interesse da Justiça Eleitoral, de seus magistrados e servidores, admitida a participação de outros interessados;

(II) o aperfeiçoamento de magistrados e servidores da Justiça Eleitoral, com foco na melhoria da prestação jurisdicional e dos serviços eleitorais;

(III) o desenvolvimento de ações de estímulo ao estudo, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral;

(IV) o desenvolvimento de ações institucionais de responsabilidade social voltadas ao fortalecimento da cidadania.

Em vista da publicação das citadas Resoluções, as ações de capacitação de servidores e magistrados são responsabilidade da EJESC cabendo-lhe a elaboração e a execução do Plano Anual de Capacitação (PAC) que integra o Plano Anual de Trabalho (PAT), também elaborado pela Escola.

É objetivo do PAC a promoção da profissionalização e valorização dos servidores com vistas ao alcance das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico do Tribunal.

2. DESCRIÇÃO DO PAC 2021

Para a definição do PAC 2021, foram elaborados e aplicados questionários aos titulares das unidades da Sede do TRE/SC e a todos os servidores lotados nas Zonas Eleitorais, para levantar informações acerca das necessidades de ~~se~~ capacitação para 2021.

Foi solicitado aos respondentes que elencassem a prioridade dos cursos de interesse. Ainda assim, os dados da pesquisa foram encaminhados à Assessoria Especial de Planejamento Estratégico do TRE/SC, visando à classificação de acordo com a prioridade do Escritório de projetos do TRE/SC (Portaria P n. 194/2019), para que a capacitação estivesse alinhada às diretrizes institucionais.

A EJESC procedeu o cruzamento destas informações (prioridade atribuída pelos respondentes com a pontuação auferida pela AEPE), obtendo-se como resultado o Plano de Capacitação 2021 (Tabelas 1 e 2 – item 2.1).



Cabe registrar que foram realizadas duas reuniões com as unidades da Sede e duas com os servidores dos Cartórios Eleitorais, para: a) explicar como se daria a sistemática de seleção dos cursos de 2021; b) validação dos dados.

Consideradas a escassez de recursos e as prioridades estabelecidas, foram apresentadas alternativas para otimizar a verba disponibilizada para 2021, descritas no item 4.

2.1. Plano de Capacitação Técnica

O **Plano de Capacitação Técnica** é composto por cursos classificados como obrigatórios (determinação em lei, resolução, portaria ou outras normas) e por aqueles com prioridade 1, cuja definição decorreu da aplicação dos critérios descritos no item anterior (priorização da unidade com alinhamento aos projetos estratégicos). Para o ano de 2021 já ficaram definidos os temas a serem contemplados.

Tabela 1 – Cursos a serem realizados em 2021

Nº	UNIDADE(S) ¹	CURSO	OBRIGATÓRIO
1	CJL	Licitações e Contratos	X
2	SGP	Feedback (2 cotas)	X
3	SCIA	Tesouro Gerencial	X
4	SCIA	Formação de Auditores Interno, Técnicas de Auditoria e Consultoria	X
5	SCIA	Processo de Contas, Prestação de Contas Anual e capacitação em sistemas do TCU	X
6	SCIA, SGP e ASSRH	Legislação de Pessoal, Aposentadorias e Pensões, Folha de Pagamento, Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	X
7	SCIA e SAO	Sustentabilidade na Administração Pública	X
8	SCIA e SAO	Execução orçamentária e financeira na União	X
9	SAO	Curso de Agentes de Segurança	X

¹ A AEPE não apresentou cursos de prioridade 1 na pesquisa aplicada, haja vista que 2021 será elaborado o planejamento estratégico 2022-2026, por conseguinte, não terão disponibilidade de tempo para capacitação. As unidades CRE e SJ não preencheram o questionário.



10	ASCOM	Conbrascom (Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação do Poder Judiciário)	
11	ASSRH	Implementação e Gestão do Regime de Teletrabalho	
12	ASSPRE I e II	Ações Eleitorais e Legislação Correlata	
13	EJESC	Design Instrucional para Cursos em EaD	
14	SAO	Licitações e Contratos	
15	STI	Infraestrutura em Serviços de Nuvens	
16	ZEs	Ações Eleitorais (2 cotas)	
17	ZEs	Crimes Eleitorais Conexos: competência e processamento das ações penais (2 cotas)	

Fonte: elaboração nossa.

Assim, de acordo com a Tabela 1, teremos 20 (vinte) cursos a serem contratados neste ano. Para fins de distribuição financeira, os cursos “Ações Eleitorais”, “Crimes Eleitorais Conexos” e “Feedback” foram computados duas vezes, haja vista que serão capacitados aproximadamente 250 servidores em cada um deles (o Chefe de cartório, mais um Auxiliar, por ZE), número bem acima da média dos cursos da EJESC, que é de 25 (vinte e cinco) participantes.

Ao dividir o valor disponibilizado para capacitação (R\$ 350.000,00), obtém-se o valor médio de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais) para viabilização de cada uma das capacitações propostas, sendo que as duas capacitações destinadas às Zonas Eleitorais contarão com valor dobrado, em razão da previsão de um grande número de alunos.

Os investimentos estimados por curso estão um pouco abaixo da média dos cursos pagos pela EJESC em anos anteriores. Ainda assim, decidiu-se mantê-los, uma vez que há uma tendência, em 2021, para a contratação cursos em Ead, em razão da pandemia. Ademais, os respondentes dos questionários escolheram, em sua maioria, em participar de cursos a distância em 2021, ao invés de presencial.

Nesse contexto, a realização das ações de capacitação poderá resultar em economia substancial, que permitirá a avaliação de implementação dos cursos classificados com prioridade 2 (segundo os critérios da Portaria P n. 194/2019), para a unidade que não utilizou toda a verba destinada aos cursos com prioridade 1.

Cabe ressaltar que os cursos gratuitos não estão contemplados na Tabela 1, bem como os cursos que serão produzidos pela Assistência de Cursos a Distância da EJESC, relacionados na Tabela 2:



Tabela 2 – Cursos EaD produzidos na EJESC

Nº	UNIDADE(S)	CURSO	OBRIGATÓRIO
1	ASSLIC, CRE, SCIA, SCRE	Lei Geral de Proteção de Dados	X
2	ZEs	PJE	
3	ZEs	Atendimento ao Eleitor (incluindo Atendimento Virtual ao Público: inovações, premissas e qualidade)	
4		Acessibilidade	
5		Conteudistas	
6		Tópicos Avançados em Cadastro Eleitoral	
7		Ética – importação e adaptação	
8		Ambientação do Servidor	

Fonte: elaboração nossa.

Por fim, o Plano de Capacitação Técnica já engloba o desenvolvimento organizacional previsto na Resolução TSE n. 22.572, de 16 de agosto de 2007.

2.2. Plano de Capacitação de Órgãos Públicos

O **Plano de Capacitação de Órgãos Públicos** tem por escopo o aproveitamento das ações educacionais organizadas por outros órgãos públicos.

2.3. Auxílios-bolsa de estudo

Será dada continuidade aos pagamentos das bolsas em curso, enquanto houver recursos, podendo ser interrompidas em qualquer momento.

3. MODALIDADES DE ENSINO PAC/2021

Este PAC adota como estratégia de ensino as modalidades de capacitação definidas, metodologicamente como:

1. Virtuais: cursos na modalidade de ensino a distância disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça — CNJ, Tribunal Superior Eleitoral — TSE, outros Tribunais Regionais Eleitorais ou por outros parceiros,



bem como contratados no mercado ou elaborados por tutores internos. Proporcionam ações de desenvolvimento sem restrições pelas distâncias geográficas.

2. Externos: cursos ministrados fora das dependências do Tribunal ou não promovidos por este, sejam eles contratados ou com despesas apenas de deslocamento e permanência (passagens e diárias) ou integralmente gratuitos.

3. *In company*: cursos ministrados nas dependências do Tribunal ou promovidos por este em local cedido ou alugado, com a finalidade de capacitar o maior número de servidores com menor impacto no orçamento, otimizando recursos. Os cursos desta modalidade podem ser presenciais - com a participação *in loco* dos servidores -, ou semipresenciais - presencial com videoconferência. Podem ainda, ser contratados ou baseados no repasse de informações de outros servidores (multiplicadores).

4. DESCRIÇÃO DO PAC/2021

A execução dos Planos de Capacitação está condicionada à disponibilização da verba orçamentária das ações estratégicas “Capacitação de Recursos Humanos – PAC e Capacitação de Recursos Humanos – TI”. A previsão orçamentária para 2021 é de R\$ 396.761,00 (trezentos e noventa e seis mil, setecentos e sessenta e um reais).

Com a finalidade de otimizar os resultados advindos da utilização da verba destinada à formação e aperfeiçoamento do servidor, foram aplicadas as seguintes diretrizes:

1. Definição de temas prioritárias;
2. Contemplação de cursos obrigatórios;
3. Preferência por cursos EAD, possibilitando a capacitação de servidores de todo o Estado;
4. Compromisso de repasse de conhecimento obtido em capacitação entre servidores;
5. Incentivo à participação em cursos promovidos por Órgãos Públicos, em especial na cidade de lotação do servidor;
6. Contratação de Instrutoria Interna;
7. Customização de Cursos de acordo com as necessidades de capacitação das unidades.

Busca-se, com a implementação dessas diretrizes, atender ao disposto na Resolução CNJ n. 192/2014 - Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores da Justiça Eleitoral.



5. PREVISÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Ações de Execução Orçamentária - Exercício 2021	
PAC	Valores
Plano de Capacitação Técnica	350.000,00
Plano de Capacitação em Órgãos Públicos	43.386,00
Auxílios-bolsa de estudo	3.375,00
Total	396.761,00

6. OBJETIVO GERAL

Promover o desenvolvimento técnico e gerencial dos servidores e assegurar que o programa de capacitação dos servidores do TRESC seja executado em consonância com a missão e os objetivos estratégicos institucionais.

7. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Coordenar e possibilitar o acesso de todos os servidores às ações de capacitação e desenvolvimento.
- Utilizar com economicidade os recursos orçamentários disponíveis, a fim de garantir a melhor relação custo-benefício para a Administração.
- Desenvolver e priorizar o uso da metodologia EaD, por meio de cursos disponibilizados pelo CNJ, TSE ou por outros Tribunais Regionais Eleitorais, bem como contratados no mercado ou desenvolvidos por instrutores internos.
- Estabelecer parcerias com outros órgãos e instituições para execução de ações de capacitação.
- Encaminhar somente um servidor para cursos externos com custos, o qual deverá repassar o conhecimento apreendido aos demais, por explanação ou relatório (multiplicadores).
- Evitar a contratação de cursos in company, reservando essa metodologia para aqueles que não tenham sido contemplados nas formas anteriores.
- Cumprir as metas estratégicas definidas no Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral.



8. METODOLOGIA

O processo de elaboração do Plano Anual de Capacitação – 2021, foi coordenado pela EJESC e contou com a colaboração da Coordenadoria de Desenvolvimento Organizacional (CDO) e da Assessoria Especial de Planejamento Estratégico (AEPE).

A seguir serão descritas as etapas para selecionar os cursos da capacitação de 2021:

1ª Etapa

- Aplicação de questionário junto às unidades do TRESC e servidores das Zonas Eleitorais do Estado de Santa Catarina.
- Análise das 64 respostas das unidades da Sede e 43 dos cartórios eleitorais, unindo os cursos idênticos.

2ª Etapa

- Encaminhamento das planilhas examinadas à Assessoria Especial de Planejamento Estratégico (AEPE), para pontuar os cursos solicitados de acordo com os critérios do Escritório de Projetos (Portaria P. n. 194/2019).

3ª Etapa

- Seleção de curso de maior pontuação, considerando os dois critérios descritos anteriormente, acrescentando à lista os cursos obrigatórios, que têm previsão normativa para a sua realização.

4ª Etapa

- Apresentação às unidades do TRE/SC e às Zonas Eleitorais dos resultados obtidos, para validação.

5ª Etapa

- Elaboração do relatório do Plano Anual de Capacitação e apresentação ao Conselho Deliberativo e Técnico-científico da EJESC, para aprovação.

6ª Etapa

- Implementação e Operacionalização do Plano pela EJESC.
- Elaboração de cronograma anual de cursos.



- Acompanhamento e avaliação das ações de capacitação.

9. Considerações Finais

A ações educacionais a serem implementadas pela EJESC no ano de 2021 estão apontadas neste documento.

A disponibilização das ações de capacitação será gerenciada pela Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina – EJESC.

Aprovado pelo Conselho Deliberativo e Técnico Científico.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2021.